

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

# Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17 PARCERIAS  
E MEIOS DE  
IMPLEMENTAÇÃO



## > Panorama regional

- As perspectivas de se atingir as metas associadas ao financiamento para o desenvolvimento sustentável nos países da América Latina e no Caribe não são animadoras. A mobilização de recursos internos é restringida por diversos fatores, entre os quais cabe mencionar o baixo crescimento, os elevados níveis de dívida e a baixa carga fiscal. Os recursos internacionais também se encontram limitados devido à designação da maioria dos países da região como países de renda média.
- A transferência tecnológica é limitada na região, o que se traduz em avanços insuficientes com relação ao acesso à Internet, âmbito no qual existem lacunas tanto entre os países como dentro deles. O contexto complexo e variável do comércio internacional também repercute na situação da região, da mesma forma que o estreitamento do espaço das políticas fiscais e monetárias e o crescente nível de endividamento público, fatores que colocam à prova a capacidade dos países para mobilizar (interna e externamente) os recursos financeiros indispensáveis para possibilitar o cumprimento dos ODS até 2030.
- Nesse cenário, ressalta-se a importância de estabelecer parcerias entre os governos, o setor privado, a sociedade civil e as instituições internacionais, que devem ser inclusivas e se basear em uma visão, princípios e valores compartilhados, para propiciar a colaboração e o trabalho conjunto. Também é muito relevante a implementação de políticas coerentes e coordenadas, com um elevado nível de transparência, prestação de contas e acompanhamento baseado em dados, entre outros elementos indispensáveis para alcançar as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

## > Dados essenciais da região

- A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que falta um investimento adicional entre 5,2% e 10,9% do PIB anual para manter o crescimento tendencial e compensar as potenciais perdas econômicas causadas pela mudança climática.



- A América Latina e o Caribe têm um dos níveis mais baixos de formação bruta de capital fixo em comparação com outras regiões em desenvolvimento, de apenas 20% do PIB em média durante os últimos 30 anos.
- A renda do governo geral como proporção do PIB passou de 15% do PIB no início da década de 1990 para mais de 18% a partir de 2021. No entanto, esse aumento não foi suficiente para atender às demandas em matéria de gasto público, o que deu lugar a um viés deficitário das finanças públicas.
- A proporção do orçamento nacional financiada com impostos internos na região diminuiu de 75,5% em 2007 para 54,6% em 2020. Esse retrocesso reflete a deficiência da capacidade de arrecadação tributária, manifestada a partir da crise financeira de 2008 e agravada com a pandemia de COVID-19.
- Na região, o volume de remessas em relação ao PIB passou de 0,9% em 2000 para 2,4% em 2020, tendência positiva que também se observa na mobilização de recursos financeiros adicionais relacionados com a dinâmica do investimento estrangeiro direto captado pela região.
- A assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) desembolsada em 2022 pelos doadores do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) representou 0,36% da renda nacional bruta agregada, ligeiramente superior à cifra de 0,32% registrada no período 2018-2021 e inferior ao nível de 0,7% do PIB estabelecido na meta 17.2.
- Em termos relativos, a AOD líquida recebida pela região alcançou 6,1% do total destinado aos países em desenvolvimento, uma participação relativamente baixa em comparação com a da África (28,9%) e a da Ásia (25,1).
- A maioria dos países da região é considerada de renda média-alta<sup>1</sup>, o que levou a uma estagnação das doações e conferiu cada vez mais importância aos empréstimos com algum grau de concessionalidade como modalidade de financiamento.
- A ajuda bilateral recebida pelos países da região alcançou uma média de 6,053 bilhões de dólares desde a aprovação da Agenda 2030 e registrou crescimento gradual desde 2020, com um aumento de 4,8% em 2021 em relação a 2020.



<sup>1</sup> De acordo com a atualização da lista dos países que têm acesso à AOD em 2024 e 2025, 22 países da região, entre os 26 incluídos, estão classificados na categoria de renda média-alta.

## OBJETIVO 17

- Embora a dívida pública bruta da América Latina tenha diminuído substancialmente em relação ao valor de 56% do PIB registrado em 2020 (durante a pandemia de COVID-19), continua sendo elevada. Em setembro de 2023, alcançou 49,8% do PIB, nível comparável ao observado no início da década de 2000, quando os países da região tiveram que enfrentar múltiplas crises econômicas e financeiras. Além disso, a taxa de juros na região é alta e se situa muito acima da média de 2,8% das economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia.
- Os gastos de capital do governo central diminuíram significativamente durante a última década e se converteram na principal variável de ajuste fiscal, num contexto em que os países aplicaram medidas de consolidação fiscal para frear o crescimento da dívida pública.
- Em 2019, a formação bruta de capital fixo do governo geral na América Latina e no Caribe alcançou uma média ponderada de 2,8% do PIB, o que contrasta significativamente com os valores observados nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia.
- O número de assinaturas de banda larga fixa por 100 habitantes da região aumentou de uma média de 12 em 2017 para 17,2 em 2022, cifra inferior à registrada nas economias mais avançadas, onde o acesso é superior a 37%. Além disso, a realidade da América Latina e do Caribe é muito heterogênea, pois alguns países registram um acesso ligeiramente superior a 3%, enquanto outros alcançam 32%.
- Em 2022, cerca de 30% da população da região ainda não contava com acesso à Internet, e este indicador variava significativamente entre os países e dentro de cada país.
- A América Latina e o Caribe não incidem de forma significativa nos fluxos comerciais de bens ambientais. Suas exportações anuais alcançaram uma média de 53 bilhões de dólares no período 2018-2020 e suas importações subiram para 87 bilhões de dólares. Em comparação, as economias do Canadá, Estados Unidos e Europa somaram 742 bilhões de dólares de exportações e 769 bilhões de dólares de importações.
- A estagnação das exportações da região reflete a elevada dependência do turismo e as carências em vários aspectos determinantes da competitividade exportadora no segmento dos serviços modernos, como a disponibilidade de capital humano qualificado, o investimento em ciência e tecnologia e a qualidade da infraestrutura digital.



- As exportações do Haiti entram livres de tarifas em todos os principais mercados do mundo.
- Os investimentos em fortalecimento das capacidades estatísticas da região passaram de cerca de 32 milhões de dólares em 2015 para 50 milhões de dólares em 2020, valores ainda muito abaixo do nível alcançado no início da década de 2010, quando superaram 80 milhões de dólares.
- Em 2022, 18 países contavam com normas estatísticas nacionais que cumpriam os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, 21 países dispunham de um plano estatístico nacional em processo de aplicação e todos os países já haviam assinado o Código Regional de Boas Práticas em Estatísticas para a América Latina e o Caribe da Conferência Estatística das Américas.

### > Boas práticas da região

- A participação da sociedade civil da América Latina e do Caribe no acompanhamento e avaliação da Agenda 2030 foi formada e coordenada em torno do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável (2018), que conta com uma estrutura e procedimentos claros e realiza reuniões anuais das quais decorrem declarações relevantes apresentadas ao Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável <sup>2</sup>.
- A Comunidade de Prática sobre as revisões nacionais voluntárias da CEPAL é um espaço informal para o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas sobre a implementação da Agenda 2030 e a preparação das revisões nacionais voluntárias (RNV)<sup>3</sup>, nas quais participam funcionários governamentais, profissionais, pesquisadores e peritos técnicos, bem como representantes da CEPAL e do sistema das Nações Unidas, inclusive os Escritórios dos Coordenadores Residentes nos países. Em ocasiões relevantes, convidam-se representantes da juventude, da sociedade civil, do setor privado e do setor acadêmico, autoridades locais e parlamentares, entre outros atores<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Veja [on-line] <https://agenda2030lac.org/es/sociedad-civil>.

<sup>3</sup> No período 2016-2023, 32 países da região apresentaram suas RNV no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, 18 deles mais de uma vez.

<sup>4</sup> Veja [on-line] <https://www.cepal.org/es/temas/agenda-2030-desarrollo-sostenible/comunidad-practica-la-cepal-informes-nacionales-voluntarios>.

### Parcerias



### Desenvolvimento sustentável



### Parceria global



### Agenda 2030



## OBJETIVO 17

---

- Entre as organizações do setor privado, observa-se uma significativa vontade de cooperação, desde as pequenas e médias empresas até as câmaras de comércio, as grandes empresas e as multinacionais. Destaca-se nesse sentido o Pacto Global das Nações Unidas, que exorta as empresas a se alinharem aos princípios universais em matéria de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além de tomar medidas que promovam objetivos sociais<sup>5</sup>.
- Na região, entre os órgãos subsidiários e reuniões intergovernamentais da CEPAL, destaca-se a Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e do Caribe, que desde 2023 promove o fortalecimento dos mecanismos nacionais de cooperação Sul-Sul e triangular, graças ao qual a cooperação Sul-Sul alcançou um bom nível de desenvolvimento, devido à similaridade dos desafios enfrentados pelos países da região, à pertinência das soluções oferecidas e ao compromisso das instituições de fortalecer os vínculos entre elas.
- A América Latina e o Caribe contam com uma institucionalidade formal e instâncias informais de peso que regulam o comportamento das entidades públicas e privadas, o que permitiria a mobilização de recursos com base em acordos contratuais em parcerias público-privadas e parcerias com a sociedade civil.

---

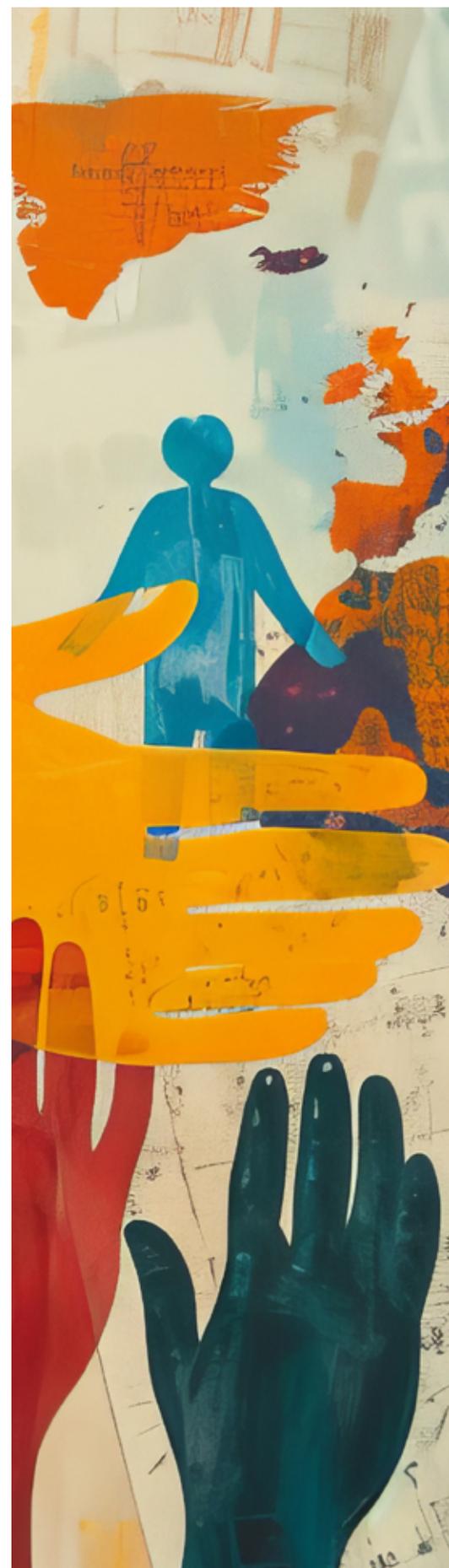
<sup>5</sup> Veja [on-line] <https://agenda2030lac.org/es/sector-privado>.



- Os países mostraram um alto nível de compromisso no que se refere a atender às demandas de aumentar a quantidade de informação de qualidade necessária para o acompanhamento estatístico da Agenda 2030, pois têm melhorado as condições institucionais e a implementação de operações estatísticas.

### > **Recomendações da CEPAL**

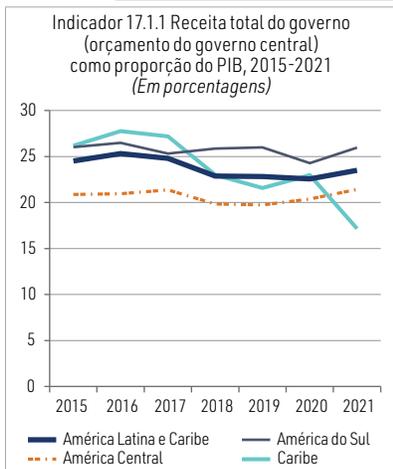
- As atividades de cooperação orientadas à região devem se concentrar na superação das lacunas regionais mais relevantes para contribuir ao desenvolvimento dos países, levando em conta as transições vividas na América Latina e no Caribe.
- Recomenda-se aumentar a mobilização de recursos, favorecendo os avanços tecnológicos, o que propiciará o aumento da produtividade e, portanto, o crescimento econômico potencial, gerando mais e melhores empregos e aumentando a arrecadação tributária. Por sua vez, isto ampliaria o espaço fiscal para implementar políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável e se estabeleceria assim um círculo virtuoso de mobilização de recursos internos.
- A mobilização do financiamento mediante cooperação internacional, Sul-Sul e triangular deve ser sustentada e melhorada para formular alternativas e iniciativas transformadoras que permitam o desenvolvimento sustentável e inclusivo e elevem o nível de vida da população da região. Essa cooperação deve propiciar espaços para que os países continuem compartilhando experiências e se nutrindo dos casos bem-sucedidos e para que continuem facilitando diálogos sobre políticas, oferecendo assistência técnica, fortalecendo parcerias de colaboração e intercambiando conhecimentos, além de empreender ações multilaterais e em múltiplos níveis.



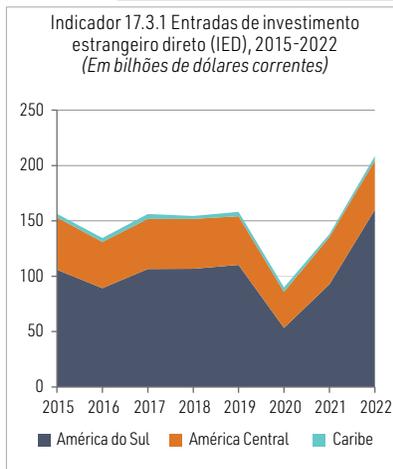
# Estatísticas regionais essenciais

## OBJETIVO 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável Avanços na América Latina e no Caribe

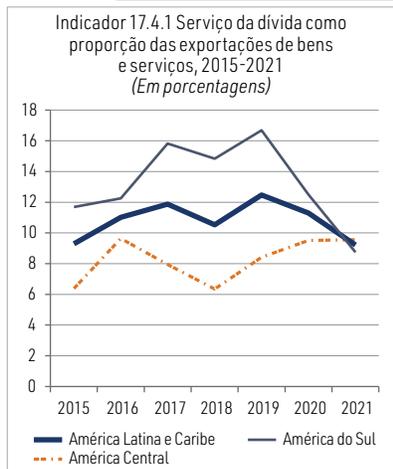
**Meta 17.1 Melhorar a arrecadação da receita fiscal e outras receitas** 17.1



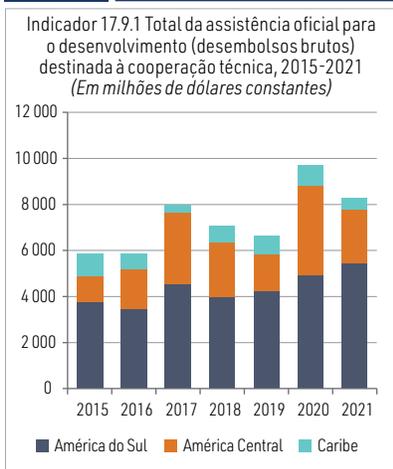
**Meta 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento** 17.3



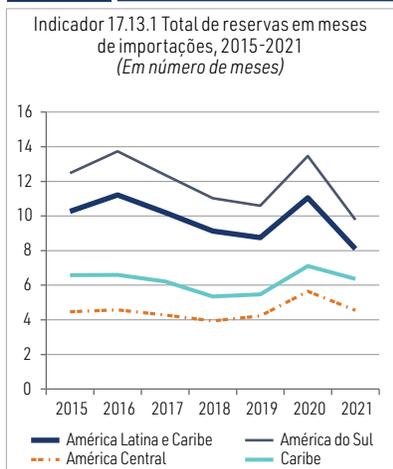
**Meta 17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida no longo prazo** 17.4



**Meta 17.9 Aumentar o apoio internacional aos países em desenvolvimento** 17.9



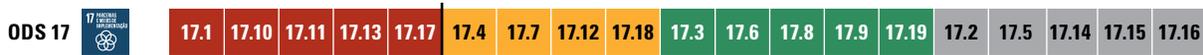
**Meta 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica mundial** 17.13



**Meta 17.19 Apoiar a criação de capacidade estatística nos países em desenvolvimento** 17.19



■ A tendência se afasta da meta    ■ A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta  
■ A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual



■ A tendência se afasta da meta    ■ A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta    ■ A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual    ■ Sem semaforização

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do indicador respectivo.